



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Reclamação n.º 11/2023, em que é reclamante **Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento** e entidade reclamada o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 189/2023

(Autos de Reclamação por Não-Admissão de Recurso de Fiscalização Concreta 11/2023, Crisolita da Lapa Martins do Livramento v. STJ, indeferimento por ausência de identificação de norma inconstitucional supostamente aplicada pelo órgão judicial recorrido).

I. Relatório

1. A Senhora Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, com os demais sinais de identificação nos autos, tendo sido notificada do *Acórdão N. 07/2023, de 30 de Agosto*, que não admitiu o recurso de fiscalização concreta para o Tribunal Constitucional, vem, nos termos do número 1 do artigo 84 da Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, apresentar Reclamação e requerer a alteração da decisão de não-admissão de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, segundo diz por violação dos artigos 22, 35, números 6 e 7, 209 e 211, número 6, todos da CRCV, e 77, alínea h) do CPP, e, consequentemente, que se ordene ao órgão judicial reclamado que o mesmo seja admitido. Para tanto, apresenta a seguinte argumentação:

1.1. Refaz a trajetória do processo até à colocação da reclamação:

1.1.1. Discorrendo sobre o percurso do processo na fase de revista, posto que não se conformando com a decisão do TRB interpôs o recurso para o Tribunal recorrido, mas ao ser notificada do *Acórdão 114/2023, de 30 de maio*, com o qual não concordou requereu reparação dos seus “direitos fundamentais” e, de seguida, interpôs o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade;

1.1.2. E destacando que, no dia 04 de setembro de 2023, foi notificada, através do seu mandatário, do *Acórdão N. 07/2023, de 30 de agosto*, legitimando com isso a presente reclamação, nos termos da lei, para efeitos de uma “melhor apreciação dos pressupostos e requisitos de admissibilidade do recurso”, já que o mesmo órgão judicial terá negado à reclamante o “direito de acesso à justiça e ao recurso”.

1.2. Aparentemente, em jeito de alegações jurídicas, sustenta que:

1.2.1. Como se poderia ver dos recursos interpostos junto ao próprio órgão judicial recorrido suscitou a questão da não atenuação e da ponderação da pena que se refere o artigo 83, número 2, do CP,

1.2.2. E, na primeira oportunidade, depois da prolação e notificação do acórdão requereu a proteção dos seus direitos fundamentais em incidentes pós-decisórios que seriam de conhecimento oficioso. Mesmo assim, foi ignorada pelo tribunal recorrido, o qual terá apresentado argumento de que de que só terá suscitado a questão de constitucionalidade ao abrigo do artigo 408, número 2, do CPP, quando o seu poder jurisdicional já se havia esgotado. E que o pedido de retificação não seria meio idóneo para tanto e muito menos para colocar questões que ainda não tinham sido suscitadas no processo, quando as mesmas deviam ter sido invocadas antes, de tal sorte a permitir que o tribunal se pronunciasse;

1.2.3. Diz que não se considerou a decisão do TC, prolatada através do *Acórdão 51/2022*, em que foi recorrente Rui Antunes Vicente, o qual abriria a possibilidade de “suscitar questões pós decisóri[as], no sentido de permitir que o autor da decisão tenha oportunidade de se pronunciar sobre questões que omitiu ou que possa influir negativamente na esfera jurídica dos cidadãos”, o que seria o caso dos presentes autos, em relação à omissão de notificação de pareceres e decisões judiciais, matéria sobre a qual também já existiria jurisprudência consolidada:

1.2.4. O próprio órgão judicial recorrido, segundo diz, desde o seu *Acórdão N. 24/2019*, começara a notificar os arguidos dos pareceres do MP, não podendo agora ignorar o disposto no artigo 408 do CPP, já que este permite que eles suscitem questões

pós-decisórias, tendo o tribunal que conhecer tais questões oficiosamente, quando tem oportunidade para tanto;

1.2.5. E que essa interpretação do artigo 408 do CPP seria inconstitucional e vulneradora dos seus direitos fundamentais:

1.3. Volta-se, em seguida, para outras questões de admissibilidade,

1.3.1. Reiterando a legitimidade da recorrente;

1.3.2. E a tempestividade do seu recurso.

1.4. Sustenta que “a questão em tela é essencialmente da interpretação e aplicação dos artigos 142º, n[úmeros] 1 e 2), 458º, n[úmero] 3, todos do CPP, 45º, n[úmero], 82º e 83º, nº 2, al[ínea] g), todos do CP, sem observância dos princípios que norteiam as regras do processo penal constitucional e violação dos direitos fundamentais da recorrente, artigos 22º, 28º, 29º, 35º, n[úmeros] 1, 6 e 7, 87º, todos da CRCV e 3º, 5º, 77º, al[íneas] a) e b), todos do CPP)”, tendo, o órgão judicial recorrido, na sua opinião, dado aos supracitados artigos interpretação inconstitucional.

1.5. Pede que a reclamação seja:

1.5.1. Admitida;

1.5.2. Julgada procedente;

1.5.3. E que se ordene a admissão do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

2. No dia 12 de dezembro os autos seguiram para vistas do MP, o qual promoveu duto entendimento de que:

2.1. Os pressupostos gerais para o conhecimento da reclamação estavam reunidos;

2.2. Mas, que não se encontrava preenchido o requisito da suscitação da questão perante o tribunal recorrido, expressando a respeito a sua concordância com a posição adotada pelo órgão judicial reclamado;

2.3. Daí entender que a reclamação não devia ser admitida.

3. O JCR não deu vistas aos juízes, pedindo o agendamento da questão na tabela de julgamentos do Tribunal, marcando-se conferência para o dia 15 de dezembro.

3.1. Na mesma, o JCR explicou que a questão era simples, mas ainda não tinha afastado expressamente as vistas para permitir que a qualquer momento os juízes pedissem suspensão do julgamento caso pretendessem consultar os autos;

3.2. O que veio a acontecer, justificando que se tenha continuado o julgamento já no dia 21 de dezembro, data em que se concluiu o processo de deliberação.

II. Fundamentação

1. A reclamante reage contra o *Acórdão STJ N. 07/2023, de 30 de agosto*, que não-admitiu o seu recurso de fiscalização concreta por suposta aplicação de norma inconstitucional em decisão anterior desse mesmo órgão judicial de topo.

1.1. Nos termos do que já vem assentando com as sucessivas decisões nesta matéria, nomeadamente o *Acórdão 4/2017, de 13 de abril, Vanda Oliveira v. STJ, [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade]*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 27, 16 de maio de 2017, pp. 650-659; *Acórdão 20/2019, de 30 de maio, Edílio Ribeiro da Cruz v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por intempestividade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1824; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1786-1792; *Acórdão 01/2021, de 12 de janeiro, Alex Saab v. STJ, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta [por não esgotamento dos recursos ordinários]*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 25, 8 de março de 2021, pp. 832-836, esta Corte Constitucional considera que tem o dever de analisar os fundamentos decisórios da decisão reclamada, mas também que é livre para decidir definitivamente a respeito da admissão ou inadmissão de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, pronunciando-se sobre as demais condições.

1.2. Assim, a técnica de aferição de reclamações por indeferimento de recurso de fiscalização concreta decorrentes de decisões tomadas por tribunais judiciais, impõe que o Tribunal Constitucional;

1.2.1. Primeiro, avalie, de forma prejudicial, se a reclamação pode ser admitida por estar debaixo de sua jurisdição, por ter sido interposta por quem tenha legitimidade e por ser oportuna e, naturalmente, se a própria petição preenche os requisitos formalmente exigidos pela lei;

1.2.2. Segundo, se o fundamento utilizado pelo órgão judicial recorrido para não admitir é idóneo a justificar a decisão; e,

1.2.3. Terceiro, se os demais pressupostos e requisitos de admissibilidade do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade estão também preenchidos.

1.2.4. Porém, isso só se torna possível se o Tribunal Constitucional lograr identificar alguma norma que haja sido aplicada ou desaplicada pela decisão impugnada, já que sem a mesma não se consegue verificar se a inconstitucionalidade foi suscitada de modo processualmente adequado, se ela foi efetivamente aplicada como razão de decidir e muito menos se o recurso tem viabilidade ou utilidade.

2. Em relação à primeira questão que indaga sobre a admissibilidade da própria reclamação:

2.1. Face à lei, não se suscita qualquer dúvida de que o Tribunal é competente para decidir reclamações que sejam colocadas de decisões de órgãos judiciais que não admitam

um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconhecendo-o o artigo 84 da sua lei processual.

2.2. E nem que o reclamante possui legitimidade, atendendo que interpôs esse recurso constitucional, que não foi admitido, de forma contrária às suas expectativas, sendo fácil de se concluir pelo seu interesse em agir à luz do número 1 do artigo 25 do Código de Processo Civil.

2.3. Posto que a decisão de não admissão de 30 de agosto de 2023 foi notificada ao mandatário no dia 4 de setembro e a sua reclamação deu entrada na secretaria do órgão recorrido no dia 11 do mesmo mês – antes, pois, do prazo de dez dias previsto pela legislação aplicável, porque sendo o diploma que contém a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional insuficiente nesta matéria é de se convocar o número 1 do artigo 599 do Código de Processo Civil – ela é oportuna.

2.4. O que permitiria que o Tribunal apreciasse a procedência da reclamação, confrontando as alegações da reclamante com os fundamentos decisórios articulados pelo Egrégio Tribunal recorrido para não admitir o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

3. Mas, para isso, atendendo à natureza desse fundamento, haveria, primeiro, que se identificar a norma que o recorrente pretende impugnar.

3.1. Como já se disse, à reclamante cabia colocar essa questão na peça de reclamação ou de ser possível ao Tribunal Constitucional identificá-la a partir da leitura da peça de interposição do recurso. A este respeito o *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856, já tinha considerado que para se viabilizar um recurso de fiscalização concreta é imperioso que exista norma, que ela seja identificável e identificada, que tenha sido aplicada pelo órgão judicial e que haja sido especificamente suscitada no processo.

3.2. O facto é que não há identificação de qualquer norma que terá sido aplicada pelo tribunal recorrido nos autos, posto que a ora reclamante limita-se a dizer que:

3.2.1. O recurso teria que ver com o facto de alegadamente o órgão judicial recorrido ter dado aos artigos 45, 82, 83, do CP, 3º, 5º, 77, número 1, al. a) e b), 142, números 1 e 2, uma interpretação inconstitucional; acrescentando-se que ao não se notificar a arguida do recurso do MP, dos pareceres do procurador de círculo, do acórdão do TRB, não haveria dúvidas de que violou os seus direitos fundamentais;

3.2.2. Estar-se-ia perante situação típica de inconstitucionalidade por omissão, “ou seja, por omissão de prática de um ato processual que repercutiu gravemente nos direitos fundamentais da recorrente, quando os órgãos recorridos entenderam que não era necessário notifica-la dos atos processuais e muito menos de decisões tomadas no processo, mesmo que essa decisão possa afetar a sua vida e liberdade”;

3.2.3. A interpretação dada aos artigos 45, 82 e 83 do Código Penal, seria errónea, parecendo sugerir que essa questão remeteria à dignidade da pessoa humana, mencionando o artigo 28, 29 e 34 da CRCV, porque, neste caso, segundo diz, “o tribunal recorrido deu aos supracitados artigos uma interpretação inconstitucional por violação dos direitos fundamentais da recorrente, ao aplicar uma pena que ultrapassa o limite da culpa”;

3.2.4. Ao aplicar uma pena de prisão efetiva de quatro anos e seis meses, o órgão judicial recorrido “promoveu uma interpretação inconstitucional, ou seja, contr[á]ria [à] própria intenção e [ao] espírito do legislador, que quis casar os supracitados artigos com os artigos 53 e 54, todos do CP”;

3.2.5. “[O] tribunal recorrido ao negar o provimento do recurso da recorrente e aplica[do] uma pena de cinco anos e seis meses de prisão” quando se estaria perante “questões de nulidades insanáveis, ou seja, omissão de notificação do recurso e dos pareceres dos procuradores, bem como do acórdão do TRB” constitui violação dos artigos 141 e 142, números 1 e 2, e 458, número 3, todos da CRCV e contraria vários arestos do TC, sobre questão de omissão de notificação”, arremata que se está “perante uma questão de interpretação e aplicação de normas processuais contr[á]rias [à] [C]onstituição”;

3.2.6. “[O] tribunal recorrido deu aos artigos 45, número 3, 82, e 83, número 2, alínea g), todos do CP, uma interpretação inconstitucional, uma vez que a aplicada

extravasa o âmbito da culpa da arguida, que há mais de dez anos não praticou nenhum facto ilícito, que tem família constituída, que se predispôs a reparar os danos no prazo de 30 dias. [Mas], mesmo assim o tribunal recorrido decidiu interpretar os supracitados artigos em contradição com os artigos 53 e 54, todos do CP, na qual o legislador processual, quis com esses artigos reintegrar e regenerar os agentes na sociedade”;

3.2.7. Não teria dúvidas de que o tribunal recorrido ao interpretar e aplicar as normas do CP, no sentido de agravar a situação da recorrente, quando tinha todas as condições para proceder de forma d[i]ferente, (...) violou os direitos fundamentais da mesma (mormente liberdade e [da?] família” e que “a interpretação levada a cabo pelo tribunal recorrido é inconstitucional, uma vez que a lei exige uma interpretação conforme a [C]onstituição”, suscitando-o a este tribunal;

3.3. Depois de analisar todas as peças protocoladas várias vezes o Tribunal não consegue identificar, do extenso arrazoadado utilizado, nenhuma norma que tenha sido impugnada por inconstitucionalidade.

3.3.1. A recorrente centra-se no que designa serem interpretações inconstitucionais e até, por vezes, ilegais, imputando condutas portadoras de tais vícios ao órgão judicial recorrido sem que uma única vez tenha definido qual a norma aplicada que seria inconstitucional;

3.3.2. De tal sorte que, em retrospectiva, este Coletivo pergunta-se se não se terá equivocado no recurso constitucional, estruturando uma peça de interposição de fiscalização concreta da constitucionalidade como se de uma petição de amparo se tratasse;

3.3.3. Até porque usa um argumento a todos os títulos incompreensível em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, quando assevera que estar-se-ia perante situação típica de inconstitucionalidade por omissão, “ou seja, por omissão de prática de um ato processual (...)”, parecendo confundir a omissão lesiva de direito, liberdade e garantia impugnável por meio de um recurso de amparo, e uma omissão legislativa não reconhecida pelo ordenamento jurídico cabo-verdiano e, como tal, impassível de ser tutelada por meio de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade (*Acórdão*

50/2022, de 22 de dezembro, *Aniceto dos Santos v. TRS, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 18 de janeiro de 2023, pp. 180-206, 3.2).

4. Deixando incompreensivelmente este ónus ao próprio Tribunal Constitucional, que, não obstante a sua boa vontade, não pode, nem consegue identificar com a certeza exigível as pretensões da recorrente em termos de se saber qual a norma objeto da fiscalização concreta da constitucionalidade. Poderia dizer-se que seria um dos inúmeros artigos do CP que cita, o que até permitiria verificar se efetivamente foram aplicados pelo órgão judicial recorrido, nos termos do *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 3.2; e do *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.5, mas não consegue sequer aproximar-se de conseguir identificar uma norma composta por uma previsão e por uma estatuição que teria servido de fundamento à decisão tomada pelo órgão judicial recorrido para julgar improcedente o recurso da recorrente. Só se consegue deparar com imputações de condutas inconstitucionais promovidas por via da interpretação de preceitos legais e nada mais.

4.1. A indicação da norma à qual se imputa vício de inconstitucionalidade é a condição mais importante, senão a principal, que recorrentes em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade devem satisfazer. Porque é isso que delimita o objeto do recurso de fiscalização concreta, recurso de impugnação de normas, não de condutas ou que sirva de meio para que alguém possa demonstrar a sua inconformação com os termos de uma decisão judicial. E, porque o Tribunal não pode conhecer além do pedido de fiscalização de norma jurídica solicitado, não pode em caso algum fazer tal construção,

sendo esta tarefa única e exclusiva de quem pretenda a fiscalização de uma norma jurídica.

4.2. Assim, em relação à(s) norma(s) cuja inconstitucionalidade se pretende que o Tribunal Constitucional aprecie, sendo elemento decisivo e insuprível que fixa o objeto do recurso à luz do número 2 do artigo 62 e do artigo 78 da sua Lei, incumbe ao recorrente indicá-la(s) com a máxima precisão. Trata-se de exigência que justifica especial atenção do Tribunal precisamente para garantir que, neste tipo de processo, na medida em que não se trata de meio idóneo de escrutínio geral de condutas promovidas pelos tribunais judiciais, mas meio específico de controlo constitucional de normas, somente possam tramitar impugnações de natureza constitucional que tenham esse objeto. E tal orientação não só é aplicável, como se agrava mais ainda nas situações em que o objeto da impugnação constitucional é uma interpretação lançada a preceitos legais pelos tribunais judiciais da qual resulta um enunciado deôntico (*Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 856-869, 4.2), porque em tais situações o que o Tribunal indica é um determinado sentido normativo que, de forma expressa ou implícita, o órgão judicial recorrido utilizou para decidir uma questão jurídica que tenha sido levada à sua apreciação. Especialmente em tais casos, nos quais um recorrente pretenda pedir o escrutínio de sentidos interpretativos aplicados por tribunais e não de uma prescrição em si considerada, cabe-lhe, na medida em que vedado a esta Corte fazê-lo em razão do princípio do pedido vertido para o número 2 do artigo 62 da Lei do Tribunal Constitucional, indicar a norma. Decorrendo desse preceito que não se pode declarar inconstitucional qualquer norma cuja fiscalização não tenha sido requerida, é do recorrente o ónus de construir essa norma da forma mais precisa possível, definindo os seus contornos específicos, etapa sem o qual este órgão simplesmente não pode prosseguir, como já se salientou em outras ocasiões, *máxime no Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1.

4.3. A razão é muito simples. O recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade foi construído para, essencialmente, evitar que normas jurídicas incompatíveis com a Constituição sejam aplicadas em situações concretas decorrentes de processos judiciais ordinários determinando o desfecho de um processo em prejuízo de

um jurisdicionado. O seu objeto natural seria tão-somente um enunciado deôntico considerado a partir da sua aceção mais evidente, apurada de acordo com as técnicas de interpretação jurídica partilhadas. No sistema cabo-verdiano, para outras condutas, sem conteúdo normativo, que decorram de atos ou omissões do poder judicial, está disponível o recurso de amparo, desde que esteja em causa violação de direito, de liberdade ou de garantia. Neste sentido, não há qualquer necessidade estrutural de transformar o recurso de fiscalização da constitucionalidade numa queixa constitucional tradicional. Ainda assim, o Tribunal mantém a tradição da jurisdição constitucional cabo-verdiana desenvolvida pelo Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional de aceitar tramitar desafios lançados a aceções normativas decorrentes de normas efetivamente aplicadas pelos tribunais e não somente das normas em si consideradas, o que, por si só, já corresponde a uma interpretação bastante generosa do sistema de acesso à justiça constitucional (*Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.2), mas é até onde pode ir, não reconhecendo a possibilidade de se transformar um meio processual de fiscalização normativa de constitucionalidade, num meio de proteção contra condutas lesivas de direito que não contemplem esta dimensão (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2.1; *Acórdão 9/2018, de 23 de maio, INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.5; *Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 2; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3), e muito menos como um meio recursal ordinário de correção de decisões do poder judicial ordinário em matérias que não tenham natureza constitucional (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 1), pois, num caso ou noutro, como já se venceu, o Tribunal Constitucional não pode subverter a ordem constitucional pronunciando-se, de modo inadequado, sobre matérias sobre as quais não tem competência ou por via de processo inapto a desencadear o tipo de controlo pretendido por um recorrente, na medida em que incidente sobre conduta e não sobre norma

(Acórdão 9/2018, de 23 de maio, *INPS v. STJ: Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4.2).

Ciente da possibilidade de ocorrerem utilizações abusivas desta espécie de processo constitucional – de tramitação muito mais morosa do que o recurso de amparo – para propósitos processualmente escusos, quando se está perante uma situação desta natureza exige-se que se defina com a máxima precisão a norma hipotética, pressuposto que permitirá verificar se, de facto, a sua inconstitucionalidade foi suscitada de forma processualmente adequada no processo, nomeadamente na primeira oportunidade processual que o recorrente teve, para evitar utilização espúria de última hora somente para viabilizar o acesso ao Tribunal Constitucional e para garantir que os órgãos judiciais que a aplicaram tiveram a oportunidade de sobre ela se pronunciarem (*Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do prazo recursal de cinco dias em processo laboral*, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.6; *Alírio Vieira Barros e Outros v. TRS, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, 1.7; *Acórdão 12/2020, de 16 de abril, Ana Brazão Gocht v. STJ [sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não suscitação de questão de inconstitucionalidade de forma processualmente adequada]*, Rel: JP Pinto Semedo, 5.3), e se ela foi efetivamente aplicada pelos mesmos como razão de decidir, afastando-se, por um lado, escrutínios incidentes sobre normas fictícias construídas sem que tenham a devida conexão com a decisão judicial ou resultantes de extrapolações indevidas em relação às mesmas (v. *Acórdão 29/2019, de 16 de agosto, Arlindo Teixeira v. STJ, referente a norma prevista pelo número 1 do artigo 2º da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais, e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como a garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel. JC Pina Delgado, 3.2) ou exercícios meramente académicos de sindicância de normas mencionadas textualmente ou presuntivamente, mas que não se constituíram em fundamentos justificantes do veredito judicial.

4.4. Se a exigência de determinação precisa da norma se impõe a recorrentes em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, não foi o que aconteceu no presente caso. Mais uma vez, a recorrente, que também recorreu em amparo – o qual também não foi admitido pelo *Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita da Lapa Gomes*

Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de junho de 2023, pp. 2480-2488 – parecendo peticionar a diversos tribunais, utilizando as mesmas técnicas, ao invés de adequá-las às características, pressupostos, requisitos e funções de cada recurso constitucional, como se os mesmos fossem fungíveis.

4.5. Assim, não tendo construído a norma impugnada fica difícil a este Tribunal avaliar as outras condições, nomeadamente aquela que o órgão reclamado considerou não estar preenchida, precisamente porque se a recorrente não precisa a norma, obsta, por culpa própria, à necessária determinação sobre se ela foi suscitada de forma processualmente adequada no processo-pretexto. Assim, embora *a priori* se pudesse vir a considerar que eventualmente o motivo do indeferimento não tivesse procedência pelos motivos alegados pelo recorrente, nomeadamente exigência processual não decorrente da lei em contramão a entendimento do Tribunal Constitucional, na medida em que a reclamante não se deu ao trabalho de construir essa norma, o Pretório Constitucional não pode proceder ao juízo de saber se a inconstitucionalidade de eventual norma foi suscitada de forma processualmente adequada de tal sorte a que o órgão judicial recorrido dela tivesse de conhecer.

4.6. Assim, faltando aquele pressuposto de extrema importância e estes outros cuja verificação de conformidade não se consegue avaliar por falta daquele, outra conclusão não pode ser tirada que não seja de que a presente reclamação – e, já agora, pelas mesmas razões, o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade – não procede, na medida em que não cumpre todos os pressupostos e requisitos legalmente exigíveis, não tendo a reclamante indicado com precisão a norma que desafia por inconstitucional.

5. A última questão que essa reclamação suscita é somente de saber se se trata de pressuposto suprável em relação ao qual o Tribunal Constitucional poderia conceder oportunidade de aperfeiçoamento à reclamante.

5.1. A razão para se colocar esta questão adicional resulta do facto de a Lei Constitucional impor, nos termos dos artigos 83, parágrafo 2º, e 86, parágrafo 1º, quer ao tribunal recorrido quer ao relator que convidem o recorrente a aperfeiçoar o seu pedido

em caso de aferição de admissibilidade, nomeadamente nos casos do tipo, convidando-o a indicar qual é a norma que ele impugna.

5.2. Contudo, tais normas não se aplicam aos casos de reclamação contra indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, suscitando dúvida de se saber se o Relator ou o próprio Tribunal Constitucional poderiam fazê-lo nesta fase, quando o órgão recorrido não o fez, porque, não tendo detetado tal omissão ou reconhecendo norma que esta Corte não logrou identificar, avaliou os outros pressupostos de admissibilidade, fundamentando decisão negativa em outras bases.

5.2.1. Uma resposta afirmativa seria sem sombra de dúvidas mais favorável ao princípio do acesso à justiça, no entanto ela teria que enfrentar pelo menos três problemas que devem ser efetivamente considerados.

5.2.2. Primeiro, decisivamente, o facto de essa possibilidade não ter cobertura legal, o que dificulta bastante a aceitação da hipótese mencionada, pois implicaria necessariamente na criação por parte deste Pretório de normas jurídicas processuais a aplicar a casos concretos, por analogia, quando aparentemente o legislador não pretendeu considerar tal hipótese e, logo, em situação em que não há propriamente vazio normativo ou insuficiência regulatória, as circunstâncias limitadas em que ainda poderia justificar-se tal procedimento por parte do Tribunal Constitucional (*Acórdão 31/2019, de 29 de agosto, BASTA v. CNE, Incidente sobre a Tramitação do Julgamento no TC quanto à Realização de Audiência Pública*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1789-1795, 4).

5.2.3. Segundo, porque tal orientação causaria problemas processuais de encaminhamento, na medida em que a análise de uma reclamação visa tão somente verificar se a decisão de indeferimento procede ou não nos seus termos e fundamentação, e se os demais pressupostos e requisitos para a interposição do recurso de fiscalização concreta se encontram preenchidos. Logo, não seria legítimo que o Tribunal retroagisse processualmente para possibilitar a supressão de uma deficiência formal permitindo à recorrente a alteração da sua peça, e avaliando, a partir desse momento, a admissibilidade do recurso, porque ao assim proceder estaria a apreciar originariamente a questão, subtraindo uma competência aos tribunais judiciais.

5.2.4. Por último, pesa o facto de que o recurso de fiscalização concreta – ao contrário por exemplo do recurso de amparo, que pode ser interposto até pelo próprio recorrente em nome próprio, justificando uma maior flexibilidade na apreciação – ter de ser, conforme prescrito pelo artigo 53 da Lei do Tribunal Constitucional, interposto por profissionais da área, concretamente advogados, que, para atuarem perante órgãos judiciais superiores – especiais como o Tribunal Constitucional, ou ordinários como o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça – devem dominar as condições legalmente exigidas, sobretudo a operação do seu principal pressuposto que é a indicação precisa da norma impugnada, que delimita o próprio objeto do recurso.

5.3. Assim, ao que tudo indica, esses contrapontos prevalecem, pelo que não parece que faça sentido em casos de reclamação contra decisão de indeferimento do recurso, despacho de aperfeiçoamento por parte do Relator ou da Corte Constitucional, na perspectiva de o recorrente suprir eventual omissão. Deve-se, ao invés, a aferir, em primeiro lugar, a admissibilidade da reclamação e, em seguida, caso positiva a resposta, verificar-se se o fundamento para não se admitir o recurso procede e, posteriormente, avaliar-se os restantes critérios de admissibilidade caso meritórias as alegações de um reclamante, ficando tais possibilidades inviabilizadas pela ausência de identificação da norma supostamente aplicada pelo órgão judicial recorrido.

6. É o caso que temos em mãos. Destarte, porque a reclamante não procedeu à construção da norma interpretativa impugnada que eventualmente tenha sido aplicada pelo órgão reclamado, no sentido de se poder traçar o objeto do recurso de fiscalização concreta por ela interposto e, assim, o âmbito cognitivo do Pretório Constitucional que habilitaria a verificar se ela foi suscitada de forma processualmente adequada no processo, parece ser de não se conhecer a presente reclamação.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não conhecer a reclamação, por a reclamante não ter indicado com o mínimo de precisão exigível a norma hipotética cuja constitucionalidade pretenderia que o Pretório Constitucional escrutinasse e que o órgão judicial recorrido alega não ter sido suscitada de forma processualmente adequada, assim inviabilizando a sua apreciação.

Custas pela reclamante que se fixa em 15.000\$00CV (quinze mil escudos) ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 94 da Lei do Tribunal Constitucional e 127 do Código de Custas Judiciais, aplicados com as devidas adaptações em função da natureza constitucional e especial do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 31 de dezembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 31 de dezembro de 2023.

O Secretário,

João Borges